

«A América foi atacada por Alá Todo-Poderoso e um dos seus maiores edifícios foi destruído. A América encheu-se de horror de Norte a Sul, de Leste a Oeste... O que a América sente hoje é só uma amostra do que a Nação Islâmica tem vindo a viver desde há décadas. Há quase oitenta anos que a nossa Nação tem vindo a sentir esta humilhação. Os seus filhos assassinados, sem ninguém reagir... Alá guiou um grupo de Muçulmanos, a Vanguarda do Islão para destruir a América... E quando aqueles defenderam e retaliaram em nome dos seus Irmãos e Irmãs da Palestina e daquilo que eles têm sofrido, o mundo indignou-se. Crianças inocentes morrem todos os dias no Iraque. Sobre isso não ouvimos nenhuma denúncia, nenhuma tomada de posição por parte dos governantes ou das autoridades religiosas do Islão... Nestes dias, tanques israelitas atravessam a Palestina e outras terras do Islão e não se ouviu ninguém a levantar a voz, a reagir. Mas, quando a espada caiu sobre a América, ao fim de oito anos, todo o mundo exprimiu o seu horror e revoltou-se contra os seus autores... Deus deu aos Americanos aquilo que eles merecem...»¹.

OSAMA BIN LADEN
7 de Outubro de 2001

Decadência, orgulho ferido e crise

Julgo não ser um exagero afirmar que os atentados do dia 11 de Setembro não só nos aterrorizaram como nos feriram no fundo da nossa alma e constituíram um ataque a toda a Humanidade. E sendo inequívoco que o terrorismo não tem justificação plausível e não pode ser desculpabilizado, é importante reflectir sobre as causas do ódio muçulmano contra os EUA/Ocidente que motivaram actos de tão desmesurada crueldade. Esta reflexão deve ser feita em primeiro lugar pelos especialistas e académicos, mas deve preocupar igualmente os nossos políticos. Não se trata de assacar as culpas ao Ocidente: o discurso autoflagelador que invariavelmente responsabiliza o Ocidente pelos males do mundo corre o risco de dominar o nosso pensamento e de manietar a nossa capacidade de agir. Trata-se tão-somente de procurar entender uma parte do mundo relativamente à qual Osama bin Laden se apresenta como porta-voz. E embora muitos árabes/muçulmanos não o reconheçam como tal, não há dúvida que ele exprime queixas amplamente difusas nessa parte do mundo. E esse mundo

vive numa crise profunda cujas causas são complexas e antigas, mas também conjunturais e recentes.

É uma crise económica, política e social que, tal como noutras partes do mundo, é acentuada pelo fenómeno da globalização. Globalização essa que implica um processo de uniformização a nível económico, com a criação à escala do globo de um sistema capitalista que ninguém controla e cujas leis são impiedosas; a nível cultural, pela imposição de normas e valores comuns, numa aldeia global onde as especificidades e os particularismos culturais tendem a perder-se.

O mundo árabe está particularmente mal preparado para lidar com estes dois desafios. Hoje, várias décadas volvidas sobre a sua independência, as populações continuam a ver frustrados os seus desejos de bem-estar, justiça social e reconhecimento da sua dignidade. Depois do domínio colonial às mãos dos europeus, os árabes viram suceder-se no poder uma panóplia de regimes e de ideologias que por momentos galvanizaram as populações, mas que se mostraram todos igualmente ineptos, corruptos e repressivos.

Não existe hoje no mundo árabe uma única democracia. O único regime democrático do Médio Oriente é Israel, mas dessa democracia só beneficiam os israelitas porque os palestinianos vivem como párias, não gozam da cidadania do país onde nasceram e, por isso, estão sujeitos a múltiplas formas de maus tratos e de discriminação. A maior parte dos regimes árabes/muçulmanos é do tipo autoritário: a Síria, o Iraque, a Tunísia, o Iémen e a Argélia. O Irão, o Sudão e o Afeganistão são regimes fundamentalistas. Alguns gozam de uma certa credibilidade na arena internacional: é o caso das monarquias árabes – Marrocos e Jordânia – e do Egipto. A verdade, porém, é que nos dois primeiros casos é o monarca que dita as regras do jogo político e intervém sempre que considera necessário corrigir uma situação de desequilíbrio. Na Arábia Saudita, o poder está nas mãos do clã da família Saud, que monopoliza a exorbitante riqueza petrolífera do país e conseguiu impor à população uma versão retrógrada do Islão, possivelmente mais intolerante do que o regime dos *mullahs* do Irão.

No caso do Egipto, o Presidente Mubarak fez alterar a Constituição a fim de poder prolongar os seus mandatos na presidência.

O grande desafio que se coloca ao mundo árabe neste final de século – à parte o desafio do desenvolvimento económico – é o da democracia. Será esta parte do mundo imune à onda de democratização que varre o globo, numa época em que as populações se tornam cada vez mais exigentes e conscientes dos seus direitos? E será o mundo árabe capaz de gerar as suas próprias forças democráticas numa altura em que quem monopoliza o discurso político são as correntes do fundamentalismo religioso? É neste contexto de crise generalizada que surge o fundamentalismo islâmico.

Para os árabes, a história da sua decadência começa no século XIX com a chegada em força dos europeus ao Médio Oriente, que cobiçam as ricas províncias de um decadente Império Otomano (conhecido na altura como «o homem doente da Europa»). Até essa altura, o mundo árabe vivia unificado sob a égide do Império Otomano, o império de maior longevidade na História, cujos domínios se estendiam da antiga Jugoslávia a Marrocos.

A penetração do Ocidente no mundo árabe foi o maior desafio que este alguma vez enfrentou. Isto, apesar de ao longo da sua história ter conhecido terríveis ameaças como as invasões vindas de Leste – Mongóis e povos da Ásia central – que deixavam à sua passagem um rasto de destruição e de morte. É que o desafio colocado pelo Ocidente era de natureza diferente: como resistir a uma civilização cuja superioridade não residia apenas na força dos seus exércitos, mas na sua inegável superioridade material e cultural? É então que muitos árabes reflectem na necessidade de pensar o atraso do mundo muçulmano e a sua dependência face às potências europeias. Alguns intelectuais concluíram que o Islão não estava preparado para sustentar o impacto da influência cultural europeia, porque se tinha transformado numa religião dominada por uma classe religiosa esclerosada e intelectualmente estagnada. Para defender a integridade do Islão do domínio colonialista, era essencial utilizar os meios fornecidos pelos próprios ocidentais – ciência, técnica e educação moderna – para revitalizar a religião. Nunca esteve em causa para eles pôr de parte a religião ou perverter o seu conteúdo, adoptando, por exemplo, a filosofia

materialista do Ocidente: apenas abrir o Islão em certos domínios às tendências modernas de forma a habilitá-lo a lidar com o «desafio do Ocidente», utilizando as armas deste último.

«Oitenta anos de humilhação»: foi assim que bin Laden resumiu a história do mundo muçulmano desde o fim do Império Otomano e a sua relação com o Ocidente durante aquele período. Oitenta anos de humilhação e de rancor contra o Ocidente, um Ocidente relativamente ao qual os muçulmanos nutrem sentimentos ambivalentes. Divididos entre a admiração pelas realizações daquele e o desejo de copiar as suas condições de vida (e mesmo de emigrar para os EUA, a terra onde os sonhos se tornam realidade) e ressentidos pelo agressivo domínio ocidental. Ressentidos por, no final da I Guerra Mundial, as potências europeias terem dividido o Império Otomano em Mandatos que distribuíram entre si. Ressentidos por os Aliados não terem cumprido as promessas feitas ao Xerife de Meca, a concessão da independência ao mundo árabe, no final da guerra, em troca da cooperação dos árabes na luta contra o inimigo turco. Ressentidos por os Mandatos terem dado lugar a Estados que fracturaram para sempre a *Umma* (Comunidade muçulmana) e que instalaram a divisão e a discórdia entre os muçulmanos, causa da sua fraqueza. Este ressentimento explica a ambivalência das reacções no mundo árabe face aos massacres do dia 11 de Setembro: divididos entre a repulsa pelo horror e o gosto da vingança contra a arrogância americana. Esta relação amor/ódio é uma característica intrínseca da mentalidade muçulmana face ao Ocidente.

Os árabes denunciam a hipocrisia do Ocidente que tenta impor a democracia na região apenas quando lhe convém. Eles citam em seu favor as intervenções americanas e britânicas para impedir a consolidação de regimes democráticos. Essas intervenções tiveram efeitos que se fazem sentir ainda hoje e que fragilizaram a credibilidade da democracia. São episódios que estão bem vivos na memória do povo e que são citados correntemente para demonstrar como o discurso da democracia é usado de forma selectiva pelo Ocidente para defender certos interesses. Alguns exemplos: nos anos 40, os EUA apoiaram o golpe de Estado militar na Síria

após o parlamento sírio se ter recusado a aprovar a concessão à Arab-American Oil Company (ARAMCO) da construção de um oleoduto. Anos mais tarde, com a queda de outro ditador militar e a realização de eleições livres, em 1954 (que resultaram na eleição de um parlamento nacionalista com uma forte componente de esquerda), Washington e Londres elaboraram um plano para a tomada de poder pelos militares. Agentes da CIA e os seus colegas britânicos também colaboraram no derrube, em 1953, do primeiro ministro iraniano Muhammad Musaddiq, o que veio a abrir caminho ao governo autocrático do Xá. Musaddiq era um líder nacionalista que se opunha tanto às manobras desestabilizadoras da URSS no Irão como à política hegemónica da Grã-Bretanha na zona. Nacionalizou a indústria petrolífera que estava nas mãos dos ingleses, reflectindo nesta iniciativa o ultraje nacional sentido pela exploração dos recursos económicos iranianos por uma potência estrangeira. A influência comunista do partido iraniano Tudeh serviu de pretexto a mais uma intervenção americana². Os EUA intervieram na Jordânia em 1956 quando forças nacionalistas e nasseristas puseram em causa a liderança do rei Hussein. O rei apelou para Washington. No âmbito da «Doutrina Eisenhower», unidades da Sexta Esquadra americana foram despachadas para o Mediterrâneo Oriental, tendo o monarca recebido ainda uma ajuda de 10 milhões de dólares. Fortalecido com este apoio, o monarca pôde afirmar a sua autoridade sobre as forças armadas e demitir o partido do primeiro ministro nacionalista Nabulsi. Após estes acontecimentos, a Jordânia entrou definitivamente na órbita americana.

Para compreender a interacção do mundo árabe com o Ocidente, é importante analisar a relação que os muçulmanos têm com a sua religião e a forma como esta funciona como um factor de identidade. Para o muçulmano, é indiscutível a superioridade da sua religião e da sua cultura, e é uma certeza que, no futuro, o Islão prevalecerá sobre os «infiéis» (os não convertidos). Há nesta religião um certo sentido nacionalista, um orgulho entre os seus adeptos, para quem a religião nunca se questiona. Tal característica explica a reacção violenta dos muçulmanos de todo o mundo contra os *Versículos Satânicos* (1988) de Salman Rushdie. Apesar das

profundas diferenças culturais e políticas entre os países do mundo árabe, nos momentos de crise, em que o Islão é posto em causa, gera-se uma reacção defensiva de impressionantes dimensões. É que entre os muçulmanos há um fortíssimo sentimento de solidariedade: daí as manifestações de protesto cada vez que os EUA atacam o Iraque, ou, agora, o Afeganistão. Tal é sentido como um ataque contra os irmãos na fé e como mais uma demonstração da arrogância ocidental.

É também importante ter em conta na explicação dos movimentos a que se costuma chamar de fundamentalistas o impacto do Ocidente. Para as populações em geral, a cultura ocidental é agressiva e corrosiva: os valores que o Ocidente apregoa (e que, para muitos, correspondem a uma ausência de valores), desestruturam os valores tradicionais das sociedades árabes, principalmente aqueles que se referem às relações entre sexos e à família. Ora dentro desta ordem de valores, a família é a pedra angular da estrutura social: os homens estão numa posição de comando e de responsabilidade e as mulheres deverão constituir modelos de amor e de gentileza. A mistura dos sexos deve ser controlada e as mulheres devem usar vestuário decente para manter a sua dignidade e para evitar cair ou fazer cair em tentação. Os valores e costumes ocidentais são rejeitados por serem estranhos à tradição religiosa e cultural do Islão.

Para os muçulmanos, é ofensiva a maneira como o Ocidente tenta impor estes valores à escala mundial, principalmente através dos modernos meios de comunicação de massas. Programas de TV e filmes das cadeias ocidentais veiculam aquilo que a generalidade dos árabes considera ser uma cultura materialista, atéista, glorificadora do sexo. Um respeitado intelectual muçulmano que ensina em Cambridge escreveu que nada teve um impacto tão destrutivo sobre as sociedades árabes ao longo dos seus catorze séculos de história (que conheceu invasões brutais), do que a influência dos canais de televisão ocidentais³. É curioso que numa altura em que nas capitais políticas ocidentais se ouvem *slogans* como a «ameaça islâmica», o «Perigo Verde» e «perigo fundamentalista» sejam os próprios muçulmanos que se declaram ameaçados pelo esmagador poderio cultural, tecnológico e político do Ocidente.

A partir dos anos 50, deu-se uma radicalização nos movimentos islâmicos, em parte porque o Islão tradicional e conservador, identificado com a burguesia e, geralmente, com o poder, não tinha conseguido estancar a atracção sentida pelas massas pobres e jovens pelas ideologias mais radicais de esquerda. Estas massas nunca foram verdadeiramente tocadas pelos movimentos modernistas impostos pelas elites do poder. Elas incorporaram no discurso islamita categorias e conceitos de esquerda, nomeadamente a do imperativo de revolução das massas no sentido de instaurar uma nova ordem. O instrumento mobilizador era, naturalmente, o Islão.

Vários factores, quer internos, quer externos ao mundo muçulmano, contribuíram para um ressurgimento religioso mais acentuado a partir dos anos 70. Em termos sociais, o fenómeno religioso é o resultado do fosso entre as aspirações das populações e as oportunidades sócio-económicas. Durante as primeiras décadas de desenvolvimento, os governos conseguiram absorver no mercado de trabalho as forças trabalhadoras em expansão e os novos licenciados. As economias petrolíferas dos anos 60 e 70 ofereciam grandes oportunidades de emprego às populações. Contudo, em finais dos anos 70 e princípios da década de 80, o crescimento demográfico desenfreado veio juntar-se a outras dificuldades – nomeadamente a flutuação dos mercados petrolíferos – afectando seriamente as capacidades de emprego. Um número crescente de jovens e de desempregados, uma massa alienada, constituiu terreno propício ao recrutamento de islamitas, como o caso da Argélia ilustra de forma dramática. Com os rendimentos petrolíferos em queda desde o *crash* bolsista de 1985-1986 e o crescimento brutal das populações, mesmo países ricos como a Arábia Saudita e o Koweit (a braços com o fardo financeiro decorrente do pagamento das despesas da Guerra do Golfo de 1991) mergulharam numa profunda recessão.

O processo de urbanização em larga escala no mundo árabe também contribuiu de forma significativa para a difusão do pietismo religioso. Este padrão de urbanização criou vastas bolsas de pobreza urbana e a concentração da população rural em algumas grandes cidades. Os recém-

chegados das províncias, que mantêm as suas tradições rurais e religiosas, mudaram a face das cidades. Eles sofrem de um intenso sentimento de alienação relativamente à sociedade que os rodeia e o Islão afigura-se como a única referência válida num ambiente que lhes é hostil. Os movimentos islamitas encontram nesta massa amorfa uma crucial fonte de apoio.

O processo de modernização contribuiu também, de forma paradoxal, para a proliferação de novos fenómenos religiosos. A expansão do ensino de massas criou novas oportunidades para classes que nunca antes tinham tido possibilidade de progredir na escala social. Muitos dos que beneficiaram com estas mudanças pertenciam às classes tradicionais e nunca perderam as referências que lhes eram próprias. Tornaram-se «intelectuais islâmicos», utilizando o Islão como uma linguagem reivindicativa face ao poder. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas abriu possibilidades de expansão para os movimentos islamitas que passaram a usá-los como meio de proselitismo e de propaganda, assim contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência islâmica transnacional.

É abusiva a ideia que se tem no Ocidente de que a generalidade dos árabes é fundamentalista ou fanática e que aprova os actos de brutalidade que acontecem em países como a Argélia e o Afeganistão. A maior parte dos muçulmanos são crentes que praticam a religião no seu dia a dia, mas que não se envolvem em actividades políticas, nem concordam com o uso indiscriminado da violência. O que acontece, no actual contexto, é que os fundamentalistas desfrutam de uma posição privilegiada porque são a única oposição que se apresenta à maior parte dos regimes árabes existentes. Estes regimes, repressivos e autoritários, foram ao longo dos anos eliminando as forças de oposição, como os liberais e os comunistas. Naquela altura, esses regimes não acreditavam que o movimento de revivalismo religioso pudesse produzir uma camada de islamitas politicamente empenhados. Eles constituem hoje uma formidável força com a qual estes poderes se defrontam. Estes mesmos regimes são responsáveis pela criação dos islamitas radicais porque durante os anos 60 e 70 encorajaram o movimento de reislamização como forma de combater o comunismo, então muito popular entre as camadas jovens e a população

universitária. Estas elites nunca pensaram que a oposição pudesse um dia vir das mesquitas, pois encaravam o Islão como uma força eminentemente conservadora e quietista.

O grande catalisador do movimento de ressurgimento contemporâneo foi a derrota dos Estados árabes perante Israel na Guerra dos Seis Dias (1967), na qual os israelitas, para além de consolidarem o território que tinham conquistado aos palestinianos (a Margem Ocidental e a Faixa de Gaza), arrebataram ao Egipto a Península do Sinai. Este acontecimento, conhecido como «o Desastre», teve um impacto psicológico devastador junto das massas árabes. A derrota constituiu o ponto fulcral da crise, da frustração e do sentimento de impotência dos muçulmanos. Foi sentida como uma humilhação da *Umma* e desencadeou um movimento de análise introspectiva: os muçulmanos questionaram-se sobre as causas da fraqueza do mundo árabe face a Israel, sobre a forma inepta como os seus dirigentes tinham enfrentado Israel, e como Deus os tinha abandonado às mãos do seu inimigo. A leitura deste acontecimento foi que tal fraqueza se deveu ao seu afastamento da religião e à adopção dos costumes ocidentais. Tornava-se assim necessário «regressar» ao Islão.

O «problema de Israel» e a sorte dos palestinianos nos territórios ocupados tem sido um dos mais poderosos motores da retórica fundamentalista e da sua agressividade. Os muçulmanos sentem-se ultrajados pela injustiça infligida aos seus irmãos palestinianos por Israel e pelo Ocidente, principalmente os EUA que, através do apoio que oferecem àquele Estado sustentam as posições intransigentes dos israelitas. A Guerra do Golfo de 1991 e os sucessivos *rounds* de ataques contra o Iraque são interpretados pelas massas árabes como mais um episódio que atesta a tentativa do Ocidente de neutralizar o poderio árabe e de humilhar os muçulmanos. A política americana de hegemonia no Médio Oriente, principalmente no pós-Guerra Fria, é um factor que alimenta a expansão do extremismo religioso. Daí a retórica profundamente antiocidental do discurso fundamentalista.

O mundo islâmico está certamente em crise e essa crise é o resultado de pressões externas e de dificuldades internas a que estes países não conseguiram responder. É um mundo encravado entre os seus valores

tradicionais e as exigências descomunais da modernidade. Para alguns analistas, o Islão estaria a atravessar um processo de transição comparável ao movimento da Reforma na Cristandade, na sequência do qual a religião reformulou o seu papel social e político e aceitou, nomeadamente, a separação das esferas política e religiosa. Efectivamente, ao Islão nunca faltou, ao longo da sua história, capacidade de adaptação. Resta saber se o repto lançado pelo Ocidente, desde o século XIX, poderá ser assimilado pelo mundo islâmico.

O fundamentalismo

O fundamentalismo sempre existiu no Islão desde o seu começo, embora este fenómeno não seja exclusivo do Islão e se encontre hoje difundido com igual vigor no Cristianismo – especialmente no Protestantismo – e no Judaísmo. Tal como a própria palavra indica, «fundamentalismo» significa o retorno aos fundamentos da religião e uma leitura literal dos textos da fé. Neste sentido, não são permitidas inovações ou a adaptação dos preceitos religiosos às circunstâncias de cada época. Os movimentos fundamentalistas surgiram por várias vezes ao longo da história do Islão como uma resposta a situações de decadência interna e de ameaças externas. A história do Islão demonstra a existência de períodos alternados de ressurgimento religioso em resposta a situações de crise. Este fenómeno constitui um mecanismo interno de carácter sócio-político que tem permitido ao Islão renovar-se e reafirmar-se contra a decadência interna e as ameaças externas. Estas situações de crise podem revestir o carácter de crises de identidade, de legitimidade, crises políticas devido a má governação e uso abusivo do poder por parte das elites, conflitos de classes, impotência militar face a ameaças externas e crises culturais engendradas pelo processo de modernização.

Os fundamentalistas clamaram sempre ser os verdadeiros herdeiros de Maomé, os únicos capazes de fazer cumprir os seus ensinamentos. Daí o seu carácter dogmático e o fanatismo que geralmente os caracteriza. Acresce a isto que, no actual contexto, os fundamentalistas são essencialmente os desiludidos das sociedades, designadamente

desempregados e oriundos dos meios urbanos onde as condições de vida são especialmente difíceis.

O actual fundamentalismo é diferente dos anteriores na medida em que se verificou uma acentuada radicalização do seu discurso. O objectivo último de cada muçulmano deve ser lutar pela realização na terra de uma ordem islâmica (*al-nizam al-islami*) e para tal a propagação do Islão revela-se como uma condição básica. Os fundamentalistas consideram que as actuais sociedades se desviaram dos preceitos do Islão, que adoptaram as maneiras do Ocidente e se tornaram corruptas e materialistas. Atacam principalmente as elites e as camadas ligadas ao poder porque a elas caberia fazer aplicar a religião. Efectivamente, e segundo a tradição religiosa, o Islão deve aplicar-se necessariamente na esfera social e política e não apenas na vida privada dos crentes. A maioria dos teólogos defendeu, ao longo da história, que os dirigentes deveriam fazer aplicar as normas religiosas como lei do Estado, mas não punham os sábios religiosos à frente do poder, tal como fez Khomeini no Irão ou os Taliban no Afeganistão.

Tal esforço de missionação pode envolver a *jihad*, a expansão do Islão pela força. Consequentemente, o desafio violento ao *statu quo* torna-se uma componente básica do Islamismo de carácter radical. Daí concluem que é não só o direito mas também o dever de todo o crente lançar a *jihad*. Para os radicais, todo o muçulmano está autorizado (constitui mesmo sua obrigação) a revoltar-se contra os Estados muçulmanos corruptos, se necessário, recorrer a meios violentos para derrubar a ordem vigente⁴. Esta posição legítima, por exemplo, a prática de assassinatos por membros dos grupos islâmicos radicais.

Ora, *jihad* não significa «guerra»: existe outra palavra no vocabulário árabe para designar esta última – *harb*. Significa, sim, «esforço (*jihad*) no caminho de Deus». Um *hadith* célebre (excerto da *Sunna*, o segundo Livro da Fé a seguir ao Alcorão) distingue a «pequena *jihad*» – quer dizer, a defesa da fé por via da força contra um inimigo exterior que a ameça ou a persegue – da «grande *jihad*», que é o combate interior do homem para vencer o seu egoísmo, dominar os seus instintos e paixões e deixar, assim, a vontade de Deus penetrar todo o seu ser.

Nos tempos corânicos, a expressão «no caminho de Deus» evocava a ideia do combate pelas armas. É esse, aliás, o sentido que lhe é dado no Alcorão: «Crede em Deus e no seu Profeta e combatei vigorosamente na senda de Deus, com os vossos bens e as vossas pessoas»⁵. A grande maioria dos teólogos clássicos, juristas e defensores da Tradição interpretaram a obrigação de *jihad* num sentido militar e desenvolveram a sua teoria nessa base.

A *jihad* é um dos elementos da profissão de fé, uma obrigação imposta a todo o muçulmano por Deus. Na guerra ofensiva, constitui uma obrigação para a comunidade muçulmana na sua totalidade; na guerra defensiva, constitui uma obrigação pessoal para todo o muçulmano adulto. Cabe ao soberano muçulmano lançar o apelo geral às armas. A obrigação da *jihad* funda-se na universalidade da Revelação muçulmana. A palavra de Deus dirige-se à Humanidade, é dever daqueles que a aceitaram penar (*djahada*) sem descanso para converter ou, pelo menos, para submeter os que não o fizeram. Esta obrigação não tem limites no espaço nem no tempo. Ela deve durar até que o mundo inteiro tenha perfilhado a fé islâmica e esteja submetido à autoridade do Estado islâmico⁶.

Tal como afirmou bin Laden, o mundo está dividido em dois: o Mundo do Islão (*Dar al-Islam*) – onde se impõe o domínio e a Lei do Islão –, e o Mundo da Guerra (*Dar al-Harb*) – que cobre o resto da Humanidade⁷. Este estado de guerra pode ser interrompido, se necessário, por meio de um armistício ou de uma trégua de duração limitada. No entanto, o estado de indeterminação não pode subsistir: está destinada ao Islão a vitória final. Segundo a teoria clássica, no que se refere a judeus e cristãos, uma interpretação benigna admite a existência do Mundo da Reconciliação (*Dar al-Sulh*). Neste, os soberanos não muçulmanos retêm a possibilidade de governar, por intermédio dos seus agentes, e a de gozar de uma autonomia parcial sob um grau variável de suserania muçulmana.

O combatente da *jihad* é o *mujahid*, o que faz o «esforço no caminho de Deus» e que, por essa causa, oferece a sua vida em sacrifício. Ele é a «testemunha» (*shahid*) por excelência. Os fundamentalistas muçulmanos de hoje recuperaram o conceito de *jihad*, embora numa acepção diferente

da que era usado na Idade Média, isto é, não tendo em conta as condições estritas da sua aplicação, tais como definidas pelos teólogos muçulmanos.

Jihad e terrorismo⁸

Exemplificativo desta mentalidade é Osama bin Laden, o famoso terrorista saudita, considerado o «inimigo número um» dos EUA, pelo qual as autoridades americanas oferecem a recompensa de 5 milhões de dólares. Bin Laden é também responsável pelos atentados terroristas no Verão de 1998 às embaixadas americanas do Quênia e da Tanzânia, e por uma série de ataques terroristas contra tropas americanas em várias partes do mundo. Ele emitiu várias *fatwas* (decretos religiosos) em que legitima e exorta os seus compatriotas muçulmanos a assassinar cidadãos americanos onde quer que estejam e independentemente de serem civis ou militares. Bin Laden diz que vai usar a violência até conseguir o seu objectivo de expulsar as tropas americanas da Terra Santa porque, segundo o Corão, não é permitida a presença de infiéis junto dos lugares santos de Meca e Medina⁹. Bin Laden acusa os EUA de cometerem atrocidades contra a população iraquiana e de apoiarem Israel, que é responsável pela opressão e morte de muitos palestinianos.

Bin Laden combateu no Afeganistão durante a guerra contra a ocupação deste país pelas tropas soviéticas. Ao apelo de guerra santa responderam cerca de vinte e cinco mil muçulmanos vindos de mais de quarenta países, do Norte de África à Ásia. Estes combatentes foram treinados e equipados pela CIA e financiados por países como a Arábia Saudita ou os Estados do Golfo Pérsico. Acabada a guerra, em 1988, estes militantes voltaram para os seus países, onde se integraram em grupos violentos. Outros foram combater em novas causas islâmicas, como a guerra da Tchechénia, Tajiquistão, Filipinas, Bósnia, Argélia e Kosovo. Estes militantes são amigos de bin Laden; formam uma vasta rede que se mantém em contacto utilizando os mais modernos meios de comunicação, como o correio electrónico. Eles estão disponíveis para combater a presença americana em todo o mundo, pois consideram esta potência como uma ameaça à cultura islâmica e que tenta subjugar o mundo muçulmano.

O terrorismo de carácter religioso tende a ser a forma predominante de terrorismo, ultrapassando as manifestações de carácter político, nacionalista e separatista. É um terrorismo que usa a violência indiscriminada porque se considera livre dos constrangimentos morais que pesam sobre outras formas de terrorismo. Assume uma dimensão transcendental porque constitui, aos olhos dos terroristas, a execução de um imperativo de origem divina. Assim, e tal como se verificou nos atentados nos EUA, trata-se do terrorismo em massa, um terrorismo espectacular que magnifica o seu impacto através de operações executadas em simultâneo. É um novo tipo de terrorismo que alia a um fanatismo sem limites meios impressionantes. Na realidade, bin Laden é auto-suficiente em termos logísticos e financeiros. As suas operações são financiadas pela sua fortuna pessoal, multiplicada ao longo dos anos por criteriosos investimentos internacionais.

Impressionante é, também, a extensão da rede terrorista comandada por bin Laden: a al-Qaeda («a Base»). A al-Qaeda, formada em 1989, no final da guerra do Afeganistão, é uma estrutura de coordenação pouco hierarquizada e flexível. É constituída por elementos terroristas de todo o mundo que se juntam esporadicamente para organizarem operações de terror e que têm duas coisas em comum: a experiência de luta na *jihad* afegã e a mesma ideologia intransigente. Em 1998, bin Laden formou a «Frente Muçulmana Internacional para a *Jihad* contra os Cruzados e os Judeus», uma organização «guarda-chuva» da qual fazem parte grupos responsáveis por notórios actos de violência em vários países. Deles se destaca Ayman al-Zawahiri, emir do grupo egípcio da Jihad, o «número dois» de bin Laden. Foi um dos responsáveis pelo assassinato do Presidente Sadat em 1981 e foi condenado à morte *in absentia*, há dois anos, no seu país; Abu-Yasir Taha, líder do Grupo Islâmico do Egipto e Fazlul Rahman, emir do movimento Jihad do Bangladesh.

A rede terrorista de bin Laden tem os seus tentáculos espalhados pelo mundo. Na sequência dos atentados contra as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, no Verão de 1998, os EUA, em colaboração com numerosas agências de segurança, desmantelaram células terroristas em dezenas de países. Descobriram, também, que estavam em fase de

preparação avançada ataques contra as embaixadas americanas na Albânia e no Uganda. Neste país, os terroristas tinham a intenção de usar uma carga explosiva duas vezes mais potente do que aquela usada em Nairobi. Foram igualmente revelados preparativos preliminares para atacar embaixadas no Azerbaijão, no Tajiquistão, na Costa do Marfim, no Uruguai e na Índia. Esses alvos foram escolhidos devido ao facto destas embaixadas estarem instaladas em edifícios antigos e de não disporem de condições de segurança adequadas.

Após os recentes ataques, os investigadores descobriram células terroristas em trinta e quatro países e, com particular relevo, na Europa¹⁰: Espanha, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Bósnia e Kosovo. As células da al-Qaeda operam independentemente e, no geral, desconhecem a sua existência mútua. Os contactos são accionados na altura da preparação das operações, utilizando preferencialmente o *e-mail* ou *sites* da Internet insuspeitos para o envio de mensagens codificadas. A fraca ligação entre as células torna mais difícil a sua detecção e desmantelamento por parte das agências de *intelligence* e das autoridades policiais.

Devido à sua liberalidade e à sua tradição de acolhimento de asilo político, a Europa tornou-se um lugar de refúgio de numerosos radicais e terroristas, especialmente na capital britânica¹¹. Apesar da generosa política de acolhimento europeu, esses extremistas, do púlpito das mesquitas, semeiam as raízes do ódio, vociferam ameaças contra a Europa e arquitectam ataques contra alvos no Velho Continente. Duas figuras conhecidas do *bas-fond* fundamentalista de Londres são o *sheikh* Omar Bakri Mohamed e o emir da mesquita de Finsbury Park, famosa pelos extremistas que a frequentam, o *sheikh* Abu Hamza al-Masri. O primeiro é o líder do grupo al-Muhajiroun («Os Emigrados»), dedicado à criação de um Estado muçulmano à escala do planeta. Na altura dos atentados às embaixadas dos EUA em África, Omar Bakri declarou na rádio que esses atentados eram justificados¹². O segundo, fundador dos «Apoiantes da Sharia», é um apologeta da *jihad* contra o Ocidente. Foi acusado no passado de estar envolvido em actividades terroristas no Iémen, mais concretamente no planeamento de raptos de turistas estrangeiros que

resultaram em várias vítimas mortais. Este último terá igualmente estado envolvido em actividades de recrutamento de militantes em solo inglês que são enviados para campos de treino terroristas no Afeganistão. Um antigo *mujahidin* no Afeganistão, onde perdeu as duas mãos e um olho, Abu Hamza avisou as autoridades britânicas de consequências severas se aquelas interferissem com os seus planos de derrubar regimes não fundamentalistas no mundo árabe¹³.

É significativo que depois dos atentados de 11 de Setembro tenham sido revelados planos para um ataque contra a cimeira de Génova dos G-8¹⁴, utilizando um avião cheio de explosivos, e planos para destruir de modo idêntico a embaixada dos EUA em Paris¹⁵. Desde o princípio do ano que a embaixada americana em Roma já foi encerrada por várias vezes na sequência de avisos sobre ataques iminentes¹⁶. Descobriu-se também um *complot* para fazer explodir a catedral de Estrasburgo e para atacar, em Fevereiro passado, o Parlamento Europeu com gás sarin¹⁷.

Atraídos para o Ocidente, por razões económicas ou ao abrigo do asilo político, estes radicais aproveitam-se das facilidades concedidas pelos sistemas políticos ocidentais para organizar movimentos políticos, captar financiamentos, recrutar novos membros e dirigir actividades subversivas contra os seus países de origem. Regra geral, fundamentalistas e terroristas estabelecem organizações de fachada, como ONGs, organizações de beneficência, humanitárias ou de direitos humanos para ocultarem as suas verdadeiras actividades. Os próprios EUA aperceberam-se tardiamente que se tinham tornado um lugar de refúgio de grupos como o Hamas, Hizbollah, outros palestinianos fundamentalistas, certos ramos da Jihad e grupos de radicais argelinos.

Os fundamentalistas afegãos: os equívocos americanos

A 17 de Novembro de 1997, a Secretária de Estado do segundo mandato da Administração Clinton, Madeleine Albright (ela própria uma antiga refugiada checa fugindo à perseguição nazi), efectuou uma visita a uma escola miserável, construída em adobe, situada no campo de refugiados de Nasir Bagh, no Paquistão. Sentada de joelhos, Albright escutou atentamente os

relatos de seis mulheres escapadas aos horrores do regime taliban. Emocionada, tomou as mãos das mulheres nas suas e afirmou: «Nunca vos esquecerei. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para vos ajudar a ajudarem o vosso país».

As palavras da Secretária de Estado pareciam exprimir a posição oficial dos EUA de firme repúdio do regime taliban. Contudo, essas declarações constituíam na realidade uma nova reviravolta na política americana da altura de aceitação, embora ambígua, do regime que tomou poder em Cabul em Setembro de 1996. As reviravoltas da política americana no Afeganistão são tão estranhas quanto o facto deste remoto país ocupar, desde há duas décadas (e pelos motivos errados), as primeiras páginas dos jornais. Essas reviravoltas, e as ambiguidades da política americana relativamente aos movimentos fundamentalistas da zona, começaram com a invasão soviética do Afeganistão em 1979 e continuaram com a ascensão dos Taliban ao poder.

A estranha cooperação que colocou no mesmo barco americanos e *mujahidin* afegãos remonta à guerra de resistência aos soviéticos. Nos últimos dias da Administração Carter foi decidido fornecer uma modesta ajuda aos resistentes afegãos, com o objectivo, não de expulsar os russos, mas de elevar os custos da presença militar soviética e, principalmente, de impedir o seu avanço em direcção ao Paquistão. Este pacote de ajuda americana quadruplicou a partir de 1984, dando aos afegãos maior capacidade operacional e permitindo-lhes infligir baixas significativas às tropas soviéticas.

Curiosamente, toda a ajuda americana para os *mujahidin* afegãos foi canalizada pelo poderoso Serviço Militar de Informações Inter-Forças paquistanês. Os Americanos não estavam interessados em construir uma oposição afegã a prazo, mas tão-somente em infligir danos aos soviéticos. Ora, no processo de distribuição da ajuda, Islamabad favoreceu os grupos fundamentalistas, que, durante a monarquia, não constituíam uma força política significativa. Sob a repressão soviética, estes militantes atravessaram as fronteiras e foram aliciados pelos serviços secretos paquistaneses, vindo as suas fileiras a engrossar ao longo dos anos. A

cidade fronteiriça de Peshawar tornou-se no centro de recrutamento de guerrilheiros oriundos do Afeganistão e de todo o mundo árabe: um *no man's land* onde se acotelevelavam jornalistas estrangeiros, traficantes de armas e fundamentalistas prontos a dar a vida na *jihad* contra a superpotência «ímpia».

Os grupos privilegiados pelos paquistaneses foram o Hizb-i Islami, dirigido por Gulbuddin Hekmatyar (o mais radical de todos); e, em seguida, o Jamiat-i Islami tajique (uma derivação do influente grupo fundamentalista paquistanês com a mesma designação), liderado por Burhanuddin Rabbani, e a facção de inspiração saudita liderada por Abd al-Rasul Saayaf, Ittihad Islami. Ao reforçar estas franjas fundamentalistas, outros grupos de base tradicional ou tribal foram eliminados do espectro político, comprometendo a evolução futura do país. O regime autoritário de Zia ul-Haq assegurou não só o domínio do clã Pashtun (grupo igualmente dominante no Paquistão), mas também a evolução fundamentalista do Afeganistão, à semelhança do que sucederia no Paquistão durante estes anos.

Em Washington nunca foi feita muita reflexão sobre a possibilidade dos fundamentalistas se tornarem um dia uma ameaça para os interesses americanos. Um membro da Administração Reagan, Elie Krakowski, disse mesmo que «ninguém no Departamento de Estado estava interessado» nesta questão¹⁸. O Secretário da Defesa da altura, Caspar Weinberger, afirmou, referindo-se aos fundamentalistas afegãos: «Nós sabíamos que eles não eram boas pessoas, que não eram de todo defensores da democracia. Mas nós tínhamos o terrível problema de ter de fazer escolhas»¹⁹. Este problema só veio a colocar-se após a decisão soviética de retirada, quando os americanos começaram a questionar a ajuda concedida aos grupos radicais que se opunham a uma solução negociada para o conflito.

Os Taliban são igualmente uma criação paquistanesa dos anos 90. Neste caso a iniciativa partiu do governo da Senhora Benazir Bhutto e, em particular, do seu ministro do Interior agindo em sintonia com o grupo radical islâmico Jamiat-i Islami que, à época, fazia parte da coligação governamental. Este grupo, que controla uma importante rede de *madrasas*

(escolas corânicas), continua a exercer forte influência na política interna paquistanesa.

Os Taliban surgiram inicialmente como uma milícia destinada a abrir a rota terrestre que liga o Paquistão à Ásia Central, rica em recursos energéticos, como o petróleo e o gás. Os Taliban foram chamados a impor a ordem na rota terrestre que liga Quetta, no sul do Paquistão, às repúblicas da Ásia Central (via Kandahar e Herat) e a criar as condições para a reparação das estradas e a instalação da rede energética. O sucesso desta milícia encorajou Islamabad (que não contava com tanta eficácia) a intensificar o seu apoio técnico e logístico – o qual viria a crescer após a captura da cidade de Herat pelos Taliban em 1995²⁰.

Poucas horas após a queda de Cabul, em finais de 1996, o governo americano precipitou-se a reconhecer os Taliban e a discutir a possibilidade de reabrir a embaixada americana em Cabul, fechada desde a invasão soviética. Um alto funcionário do Departamento de Estado admitiu a existência de alguma «apreensão» relativamente aos Taliban, mas insistiu que o movimento deveria ser «reconhecido» como uma força «indígena» que tinha «dado mostras da sua capacidade de afirmação política».

Até à tomada do poder em Cabul, a Administração Clinton tinha demonstrado pouca preocupação com a força crescente do movimento oriundo das escolas corânicas do Baluquistão paquistanês. Na realidade, havia até algum entusiasmo em Washington relativamente à campanha dos Taliban de imposição da ordem e de supressão da criminalidade e do banditismo que grassavam no Afeganistão desde o início da guerra civil. A Administração Clinton pensou que os Taliban poderiam acautelar outros interesses americanos na zona, nomeadamente a erradicação da cultura do ópio, a contenção da influência russa e iraniana, a destruição dos campos de terrorismo, a criação de condições para o retorno do ex-monarca, Zahir Shah, e a possibilidade do Paquistão utilizar o território afegão para alcançar por terra os ricos territórios da Ásia Central.

Nos planos americanos, outro interesse veio a sobrepor-se a esta lista e a reforçar a corrente dentro do aparelho político americano a favor da necessidade de tolerar os Taliban. Este interesse tinha a ver com os planos

da firma petrolífera americana UNOCAL, e da sua afiliada saudita, a Delta, de construir um oleoduto que, partindo da Ásia Central – considerada por muitos especialistas como «o novo Médio Oriente» –, atravessasse o Afeganistão para desembocar no Paquistão. Estes interesses, activamente apoiados pela embaixada americana em Islamabad, eram, por sua vez, o resultado da política americana de isolamento do Irão. Ora, a via mais curta de acesso para a canalização dos recursos energéticos das repúblicas da Ásia Central era, precisamente, através do território iraniano. Washington queria a todo o custo privar o regime fundamentalista de Teerão dos lucros provenientes desse *pipeline* e garanti-los ao seu aliado, o Paquistão, que sofre de graves carências energéticas²¹.

A crescente hostilidade da comunidade internacional face à barbárie taliban e o reconhecimento, por parte de Washington, de que aqueles se tinham tornado uma força hostil aos interesses americanos, fizeram a Administração Clinton endurecer a sua política. Nas suas primeiras declarações após os terríveis acontecimentos de 11 de Setembro, o Presidente russo Vladimir Putin afirmou: «Não se deve, em caso algum, *flirtar* com os terroristas». Para os americanos, a lição do Afeganistão é que não se deve em caso algum *flirtar* com os fundamentalistas: é que tendo contribuído para o nascimento da «criatura», os EUA vêm-se hoje a braços com o «monstro» que, directa ou indirectamente, ajudaram a construir.

Os EUA e o Islão²²

Na recente guerra contra o terrorismo, a Administração Bush tem repetidamente sublinhado que esta guerra não é contra o Islão, mas contra aqueles que legitimam a violência em nome dessa religião. Esta mensagem é importante para as massas árabes, que basicamente interpretam esta guerra como mais uma tentativa do Ocidente de neutralizar o poderio árabe e de humilhar os muçulmanos. Por outro lado, é um esforço para desmentir a polémica tese do «Choque de Civilizações» avançada pelo politólogo Samuel Huntington, devido às nefastas consequências que daí adviriam para as relações entre o Ocidente e o Islão. Será difícil fazer passar estas duas mensagens para o mundo muçulmano, até porque este último está

convencido de que o Ocidente trabalha em prol da sua destruição. No entanto, desde o início da década de 90 que os americanos têm vindo a dizer que os EUA não vêem o Islão como o sucedâneo da URSS, e que a Guerra Fria não foi substituída por uma nova competição entre o Islão e o Ocidente.

Os EUA têm efectivamente uma política em relação ao Islão (político) que data de Junho de 1992, durante os últimos dias da Administração de George Bush (Pai), e que teve a sua primeira expressão oficial na «Declaração de Meridian House». Pode parecer estranho que os EUA tenham uma política em relação ao Islão. Em regra, os Estados têm políticas definidas em relação a outras nações, instituições e princípios, mas não em relação a religiões. No entanto, esta política foi formulada para enquadrar a posição americana face a um conjunto de desafios em desenvolvimento numa zona definida como um «arco de crise», uma zona que geograficamente se estendia do Norte de África à Ásia Central. Teve portanto uma natureza reactiva, no sentido de se constituir como a resposta possível a uma série de acontecimentos negativos no mundo árabe que punham em causa interesses americanos ou aqueles dos seus aliados. Esta política não se limita a uma teoria; é uma abordagem pragmática que tem um impacto operacional na definição da política externa para os países de religião islâmica, alguns dos quais se revestem de importância vital para os americanos. Esta política foi reafirmada durante a Administração Clinton em numerosos discursos do Presidente, Secretários de Estado, Conselheiros de Segurança Nacional e outros funcionários, sendo progressivamente desenvolvida e refinada ao longo da década de 90.

Na realidade, o debate sobre o Islão político pode entender-se como o prolongamento de uma reflexão sobre uma questão que desde há duas décadas atormenta os norte-americanos: «Como perdemos o Irão»? Os acontecimentos traumáticos da Revolução Iraniana de 1978-1979 ainda perseguem os americanos. O seu subconsciente ficou marcado pelas intensas manifestações de fúria antiamericana e pelos discursos de ódio de Khomeini caracterizando Washington como o «Grande Satã».

Os americanos não conseguiram esquecer a humilhação que foi o assalto à sua embaixada em Teerão e o cativo de quatrocentos e quarenta e quatro dias do seu pessoal diplomático, uma humilhação que contribuiu para a derrota eleitoral do Presidente Carter em 1980. A incapacidade do *intelligence* americano em antever a Revolução que depôs o Xá adquiriu hoje um estatuto lendário. A perda do Irão constituiu um rude golpe para a estratégia americana de controlo do Golfo Pérsico e mostrou aos americanos a enorme reserva de ódio existente contra eles no mundo muçulmano. Desde então, o Irão tornou-se, nas palavras de um especialista, «um país que os americanos gostam de odiar».

A Revolução Iraniana soltou o «demónio fundamentalista». Os anos 80 foram marcados pelo activismo fundamentalista e pelas tentativas de exportar a revolução. Os atentados terroristas, os reféns ocidentais no Líbano, a morte de trezentos soldados americanos em Beirute no auge da guerra civil e a *fatwa* de Khomeini contra Salman Rushdie, contribuíram para denegrir a imagem do Islão e propagar no Ocidente o receio da «ameaça verde» (cor que simboliza o Islão).

Basicamente, a política americana formulada em função do Islão diz que os EUA respeitam o Islão como grande religião que é, mas estabelece a distinção entre muçulmanos moderados (mesmo que politicamente empenhados) e os radicais. O Islão em si não constitui um problema para a política externa americana: o problema são os movimentos que recorrem à violência, pregam a intolerância ou violam os direitos humanos e atentam contra princípios caros aos americanos, como o mercado livre e a estabilidade. São ainda um problema os islamitas que atacam o Ocidente e os regimes moderados pró-ocidentais.

Esta distinção é politicamente útil porque permite a Washington opor-se a grupos que advogam a violência e que se opõem aos regimes moderados pró-ocidentais, como o Egipto e a Arábia Saudita. Permite também defender o Processo de Paz israelo-palestiniano, liderado pelos americanos, de grupos como a Jihad palestina, o Hamas e o Hizbollah. No âmbito daquela distinção, regimes fundamentalistas, como o Irão, Sudão e os Taliban afegãos, podem ser excluídos com base na sua natureza violenta e

intolerante. Por outro lado, a doutrina permite aos americanos apoiarem os «bons fundamentalistas», aqueles que, embora fanáticos, possam ajudar a defender os interesses americanos (como o fizeram os *mujahidin* afegãos durante os anos 80).

Washington também deixou claro que se oporá aos islamitas antidemocráticos e àqueles que defenderem a democracia de forma oportunista, isto é, que apostem no processo democrático única e exclusivamente para atingirem o poder. Este último aspecto, pela sua subtilidade, não consegue ser endereçado com precisão pela política americana. Na opinião de muitos especialistas, a distinção entre islamitas radicais e pacíficos e moderados não tem grande sentido. Em vez disso, a grande dúvida será saber se os dois partilham o mesmo objectivo – atingir o poder para criar um regime teocrático assente na *Sharia* – com a diferença, para os últimos, de não recorrerem a meios violentos. Dito de outra forma, moderados e extremistas partilhariam dos mesmos objectivos estratégicos, mas difeririam na escolha dos meios tácticos. A atentar ao discurso de muitos islamitas, há sérias razões para duvidar da natureza do seu compromisso para com os princípios democráticos. Eles falam, é certo, de direitos humanos e de pluralismo. Uma leitura atenta dos seus discursos, porém, revela um outro programa paralelo que nem sempre chega ao conhecimento público. A democracia liberal que desejam ver instituída é um Estado de lei, justiça e ordem, baseado em normas que não está ao alcance dos homens mudar: é a lei divina e sagrada imposta por Deus para todos os tempos e lugares. O pluralismo só é permitido enquanto diferença de pontos de vista que não contrariem os valores do Islão. De outra forma, a expressão de opiniões alternativas será considerada apostasia ou blasfémia, com o respectivo cortejo de consequências que tais situações acarretam. Mas onde o discurso islamita continua parado no tempo e diverge mais da prática democrática é no que se refere aos direitos das mulheres, minorias, não muçulmanos, agnósticos, ateus e livre pensadores.

O Islão político tem uma forte vertente antiocidental e especialmente antiamericana. Desde a Revolução Iraniana, a experiência americana com os islamitas radicais tem sido negativa, especialmente a partir de 1993

quando os islamitas forjados na cruenta guerra afegã resolveram atacar directamente os EUA. No entanto, os islamitas – moderados ou radicais – falharam nos seus planos de conquista do poder em países considerados estratégicos do ponto de vista americano. A excepção mais significativa foi a vitória do partido islamita Refah na Turquia em finais de 1995, uma experiência aliás inconclusiva devido à intervenção precoce dos militares para destituírem aquele governo. Pode considerar-se que a política americana em relação ao Islão tem mostrado ser pragmática e flexível e depende, nas suas opções, do tipo de movimentos islamitas em presença e da atitude daqueles face aos interesses americanos. A colaboração com os *mujahidin* afegãos durante a guerra contra a ocupação soviética é prova de como os EUA não são visceralmente anti-islamitas. A política americana no Médio Oriente é determinada por interesses económicos e de poder e não pela apreciação da religião em si. As tendências islamitas são irrelevantes para a política externa americana, desde que não constituam uma ameaça a certos interesses vitais: o petróleo, Israel, os regimes moderados e a estabilidade regional.

NOTAS

¹ CNN.com, «Bin Laden: America «filled with fear»», 7 de Outubro 2001.

² Glenn E. Perry, «Democracy and Human Rights in the Shadow of the West», *Arab Studies Quarterly*, vol. 14, n.º 4, Outono de 1992.

³ Akhbar S. Ahmed, «Media Mongols at the Gates of Baghdad», *New Perspectives Quarterly*, vol. 10, n.º 3, Verão de 1993, p. 11.

⁴ Ver, por exemplo, Charles Tripp, «Sayyid Qutb: The Political Vision», in Ali Rahnama (ed.), *Pioneers of Islamic Revival*, Londres, Zed Books, 1994.

⁵ S. 61, v. 11 e, também, s. 49, v. 15 e s. 2, v. 186. *Alcorão*, trad. de José Pedro Machado, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980.

⁶ Bernard Lewis, *Le langage politique de l'Islam*, Paris, Gallimard, 1988, pp. 13-14.

⁷ *Ibid.*

⁸ Sobre este assunto, ver Maria do Céu Pinto, «Some US Concerns Regarding Islamist and Middle Eastern Terrorism», *Terrorism and Political Violence*, vol. II, n.º 3, Outono de 1999.

⁹ V. Bernard Lewis, «License to Kill», *Foreign Affairs*, vol. 77, Nov./Dez. 1998.

¹⁰ Sandra Neville, «The evil shadow of bin Laden's group stretches across Europe», *Telegraph.co.uk*, 17 de Setembro de 2001; «London cyber-café planned as terrorists'e-mail hotline», *Telegraph.co.uk*, 7 de Outubro de 2001.

¹¹ «Bin Laden network hatches Day of the Jackal in our midst», *Telegraph.co.uk*, 7 de Outubro de 2001.

¹² Robert Shrimmsley, «Islamic fanatics «should be deported», *Telegraph.co.uk*, 25 de Agosto de 1998; Sebastien Berger e Jon Hibbs, «British Muslims sent to Islamic training camps», *Telegraph.co.uk*, 12 de Janeiro de 1999.

¹³ Neil Tweedle e Tim Butcher, «Sheikh threatens to “whack” British», *Telegraph.co.uk*, 13 de Janeiro de 1999; Peter Foster e Danielle Demetriou, «London’s “safe haven” is shattered by dawn raids», *Telegraph.co.uk*, 19 de Fevereiro de 2001.

¹⁴ David E. Singer, «2 leaders tell of plot to kill Bush in Genoa», *The NYT.com*, 26 de Setembro de 2001.

¹⁵ Barry de Quetteville, «Seven held over Paris embassy attack plot», *Telegraph.co.uk*, 22 de Setembro de 2001; «Bin Laden “named” in Paris plot», *BBC.co.uk*, 2 de Outubro de 2001; Marlise Simons, «Ninth man held in suspected plot against Paris embassy», *The NYT.com*, 4 de Outubro de 2001.

¹⁶ «U. S. embassy in Rome remains shut», *CNN.com*, 7 de Janeiro de 2001; «US warns of Italy terror attack», *BBC.co.uk*, 2 de Outubro de 2001; Bruce Johnston, «“Nerve center” for bin Laden is smashed in Italy», *Telegraph.co.uk*, 6 de Abril de 2001.

¹⁷ David Bamber, Chris Hastings e Rajeev Syal, «Bin Laden British cell planned gas attack on European Parliament», *Telegraph.co.uk*, 16 de Setembro de 2001.

¹⁸ Citado em Diego Cordovez e Selig S. Harrison, *Out of Afghanistan: the Inside Story of Soviet Withdrawal*, New York, Oxford University Press, 1995, p.164.

¹⁹ Ibid.

²⁰ V. Anthony Davis, «How the Taliban Became a Military Force»; v. ainda Ahmed Rashid, «Pakistan and the Taliban», in William Maley (ed.), *Fundamentalism Reborn? Afghanistan and the Taliban*, Londres, C. Hurst & Co., 1998. «Support to Taliban goes beyond ISI», *The Hindu.com*, 24 de Agosto de 1998.

²¹ V. Richard Mackenzie, «The US and the Taliban», in Maley, *op. cit.*, pp. 90-103.

²² V. Maria do Céu Pinto, *Political Islam and the United States: A Study of U. S. Policy Towards the Islamist Movements in the Middle East*, Ithaca Press, Reading, 1999/2001.